



PARECER JURÍDICO

PROCESSO Nº.....: 3012.007/2021

INTERESSADO.....: Secretaria de Inclusão e Promoção Social

ASSUNTO.....: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO E APOIO ADMINISTRATIVO NA PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS, VERIFICAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE DADOS RELEVANTES A MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES EM SÍTIO ELETRÔNICO GOVERNAMENTAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE INCLUSÃO E PROMOÇÃO SOCIAL DE MERUOCA-CE.

EMENTA.....: Constitucional. Administrativo. Licitação. Contratação Direta.

Vem ao exame desta Consultoria Jurídica, o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor CR APOIO ADMINISTRATIVO E SERVIÇOS visando atender as necessidades da(o) FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL - FMAS, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.


Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

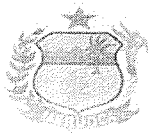
Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2021 Atividade 0802.081220802.2.065 Manut Sec.de Inclusão e Promoção Social, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

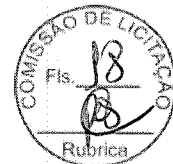
Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

AV.PEDRO SAMPAIO


Gabriel do Nascimento
Advogado
OAB-CE 25.533



Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE MERUOCA
FUNDO MUNICIPAL DE ASS SOCIAL - FMAS



Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

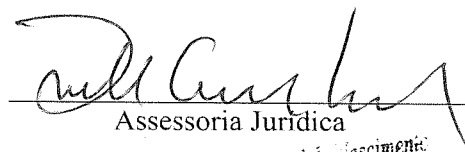
Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, assim como a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer, sub censura.

MERUOCA - CE, 30 de Dezembro de 2021


Assessoria Jurídica
Nascimento, Gabriel do Nascimento
Advogado
OAB/CE 25.533

AV.PEDRO SAMPAIO